

# 14. História da Igreja

A Igreja continua e desenvolve na História a missão de Cristo, impulsionada pelo Espírito Santo. Na história da Igreja, dá-se um entrelaçamento entre o divino e o humano.

14/01/2015

## 1. A Igreja na história

A Igreja continua mantendo a presença de Cristo na história humana; obedece o mandato apostólico, pronunciado por Jesus antes de subir ao Céu: “Ide, pois, e

ensinai a todos os povos, batizando-os em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo, ensinando-os a observar tudo o que vos tenho mandado. Eis que estou convosco todos os dias até o fim do mundo" (*Mt 28, 19-20*). Na história da Igreja se encontra, portanto, um entrelaçar-se, às vezes dificilmente distingível, entre o divino e o humano.

Com efeito, lançando um olhar à história da Igreja, há aspectos que surpreendem o observador, inclusive ao não crente:

a) a unidade no tempo e no espaço (catolicidade): a Igreja Católica, ao longo dos milênios, continua a ser o mesmo sujeito. Com a mesma doutrina e os mesmos elementos fundamentais: unidade de fé, de sacramentos, de hierarquia (pela sucessão apostólica); além disso, em todas as gerações, reuniu homens e

mulheres dos mais diversos povos e culturas e de regiões geográficas de todos os cantos da terra;

- b) a ação missionária: a Igreja, em todo o tempo e lugar, aproveita qualquer acontecimento e fenômeno histórico para pregar o Evangelho, inclusive nas situações mais adversas;
- c) a capacidade, em cada geração, de produzir frutos de santidade em pessoas de todos os povos e condições;
- d) um notável poder de recuperação ante as crises, às vezes muito graves.

## **2. A Antiguidade Cristã (até 476 dC, ano da queda do Império Romano do Ocidente)**

A partir do século I, o cristianismo começou a propagar-se, sob a guia de São Pedro e dos apóstolos, e depois, de seus sucessores. Assiste-se,

portanto, a um progressivo aumento dos seguidores de Cristo, especialmente dentro do Império Romano: no início do século IV, eram aproximadamente 15% da população do Império, e estavam concentrados nas cidades e na parte oriental do Estado romano. A nova religião se difundiu, de todos os modos, também para além dessas fronteiras: na Armênia, Arábia, Etiópia, Pérsia, Índia.

O poder político romano viu no cristianismo um perigo, pelo fato de que este último reclamava um âmbito de liberdade de consciência das pessoas em relação à autoridade estatal; os seguidores de Cristo tiveram que suportar numerosas perseguições, que conduziram muitos ao martírio: a última, e mais cruel delas, teve lugar no início do séc. IV, por obra dos imperadores Diocleciano e Galério.

No ano 313, o imperador Constantino I, favorável à nova religião, concedeu aos cristãos a liberdade de professar sua fé, e iniciou uma política bastante benévola em relação a eles. Com o imperador Teodósio I (379-395), o cristianismo se converteu em religião oficial do Império Romano. No final do séc. IV, os cristãos eram já a maioria da população do Império Romano.

No século IV, a Igreja teve que enfrentar uma forte crise interna: a questão ariana. Ario, presbítero de Alexandria, no Egito, sustentava teorias heterodoxas, pelas quais negava a divindade do Filho, que seria, em vez disso, a primeira das criaturas, embora superior às outras; a divindade do Espírito Santo também era negada pelos arianos. A crise doutrinal, intercalada pelas frequentes intervenções políticas dos imperadores, perturbou a Igreja por mais de 60 anos; foi resolvida graças

aos dois primeiros concílios ecumênicos: o primeiro de Niceia (325) e o primeiro de Constantinopla (381), nos quais se condenou o arianismo e foi proclamada solenemente a divindade do Filho (*consubstantialis Patri*, em grego, *homoousios*) e do Espírito Santo, e foi composto o Símbolo Niceno-Constantinopolitano (o Credo). O arianismo sobreviveu até o século VII porque os missionários arianos conseguiram converter ao seu credo muitos povos germânicos, que só pouco a pouco passaram ao catolicismo.

No século V, houve, por outro lado, duas heresias cristológicas que tiveram o efeito positivo de obrigar a Igreja a aprofundar no dogma para formulá-lo de modo mais preciso. A primeira heresia é o nestorianismo, doutrina que, na prática, afirma a existência em Cristo de duas pessoas, além de duas naturezas; foi

condenada pelo concílio de Éfeso (431), que reafirmou a unicidade da pessoa de Cristo; dos nestorianos derivam as Igrejas sírio-orientais e malabares, até hoje separadas de Roma. A outra heresia foi o monofisismo, que sustentava, na prática, a existência em Cristo de uma só natureza, a divina: o Concílio de Calcedônia (451) condenou o monofisismo e afirmou que em Cristo há duas naturezas, a divina e a humana, unidas na pessoa do Verbo, sem confusão nem mutação (contra o nestorianismo), sem divisão nem separação (contra o monofisismo): são os quatro advérbios de Calcedônia: *inconfuse*, *immutabiliter*, *indivise*, *inseparabiliter*. Dos monofisitas derivam as Igrejas coptas, sírio-ocidentais, armênias e etiópicas, separadas da Igreja Católica.

Nos primeiros séculos da história do cristianismo se assiste a um grande

florescimento da literatura cristã, homilética, teológica e espiritual: são as obras dos Padres da Igreja, de grande importância na reconstrução da Tradição; os mais importantes foram Santo Irineo de Lyon, santo Hilário de Poitiers, santo Ambrósio de Milão, São Jerônimo e santo Agostinho, no Ocidente; santo Atanásio, São Basílio, São Gregório Nazianzeno, São Gregório de Nissa, São João Crisóstomo, São Cirilo de Alexandria e São Cirilo de Jerusalém, no Oriente.

### **3. Idade Média (até 1492, ano da chegada de Cristovão Colombo à América)**

No ano de 476, caiu o Império Romano do Ocidente, que foi invadido por uma série de povos germânicos, alguns arianos, outros pagãos. O trabalho da Igreja nos séculos sucessivos foi o de evangelizar e contribuir para a

civilização destes povos, e mais tarde a mesma coisa em relação aos povos eslavos, escandinavos e magiares. A Alta Idade Média (até o ano 1000) foi, sem dúvida, um período difícil para o continente europeu, em razão da situação de violência política e social, empobrecimento cultural e crise econômica, consequências das contínuas invasões (que duraram até o século X). A atuação da Igreja conseguiu, pouco a pouco, conduzir esses povos jovens a uma nova civilização, que alcançará seu esplendor nos séculos XII-XIV.

No século VI, nasceu o monaquismo beneditino, que garantiu, ao redor dos mosteiros, ilhas de paz, tranquilidade, cultura e prosperidade. No século VII, foi de grande importância a ação missionária, em todo o continente, dos monges irlandeses e escoceses; no século VIII, a dos beneditinos ingleses. Neste último século,

terminou a etapa da Patrística, com os últimos Padres da Igreja, São João Damasceno no oriente, São Beda o Venerável, no ocidente.

No século VII-VIII, nasceu a religião islâmica na Arábia; após a morte de Maomé, os árabes se lançaram a uma série de guerras de conquista que os levaram a constituir um vastíssimo império: entre outros, subjugaram os povos cristãos da África do Norte e da Península Ibérica e separaram o mundo bizantino do latino – germânico. Durante aproximadamente 300 anos, foram um flagelo para os povos da Europa mediterrânea, em razão das incursões, saques e deportações, realizados de modo praticamente sistemático e contínuo.

Em fins do século VIII, se institucionalizou o poder temporal dos papas (Estados Pontifícios), que já existia de fato desde os fins do

século VI, surgido para suprir o vazio de poder criado na Itália central pelo interesse do poder imperial bizantino, nominalmente soberano na região, mas incapaz de prover a administração e a defesa da população. Com o tempo, os papas se deram conta de que um limitado poder temporal era uma garantia eficaz de independência em relação aos diversos poderes políticos (imperadores, reis, senhores feudais).

Na noite de Natal do ano 800, foi restaurado o Império do Ocidente (Sacro Império Romano): o papa coroou Carlos Magno na basílica de São Pedro; nasceu assim um estado católico, com aspirações universais, caracterizado por uma forte sacralização do poder político, e um complexo entrelaçamento de política e religião, que durará até 1806.

No século X, o papado sofreu uma grave crise por causa das interferências das famílias nobres da Itália central na eleição do papa (Século de Ferro); e, mais em geral, porque os reis e senhores feudais se apoderaram da nomeação de muitos cargos eclesiásticos. A reação papal a tão pouco edificante situação teve lugar no século XI, através da reforma gregoriana e da chamada “questão das investiduras”, nas quais a hierarquia eclesiástica logrou recuperar amplos espaços de liberdade em relação ao poder político.

No ano de 1054, o patriarca de Constantinopla, Miguel Cerulário, efetuou a separação definitiva dos gregos da Igreja Católica (Cisma do Oriente): foi o último episódio de uma história de rupturas e disputas iniciada já no século V, e devida, em boa medida, às graves interferências dos imperadores romanos do oriente

na vida da Igreja (cesaropapismo). Este cisma afetou a todos os povos dependentes do patriarcado, e até agora, afeta búlgaros, romenos, ucranianos, russos e sérvios.

Desde os inícios do século XI, as repúblicas marítimas italianas haviam arrebatado aos muçulmanos o controle do Mediterrâneo, pondo um limite às agressões islâmicas: a finais do século, o crescimento do poder militar dos países cristãos teve como expressão o fenômeno das cruzadas à Terra Santa (1096-1291), expedições bélicas de caráter religioso, cujo fim era a conquista ou defesa de Jerusalém.

Nos séculos XIII e XIV se assiste o apogeu da civilização medieval, com grandes realizações teológicas e filosóficas (a escolástica maior: santo Alberto Magno, São Tomás de Aquino, São Boaventura, o beato Duns Scoto), literárias e artísticas. No

que diz respeito à vida religiosa, é de grande importância a aparição, nos inícios do século XIII, das ordens mendicantes (franciscanos, dominicanos e outros).

O enfrentamento entre o papado e o império, já iniciado na “questão das investiduras”, continuou com diversos episódios nos séculos XII e XIII, terminando com o enfraquecimento de ambas as instituições: o império se reduziu, na prática, a um estado alemão, e o papado sofreu uma crise notável: de 1305 a 1377, a sede do papado transferiu-se de Roma para Avignon, no sul da França, e, pouco depois do retorno a Roma, em 1378, teve início o Grande Cisma do Ocidente: uma situação muito difícil, pela qual deu-se, a princípio, o surgimento de dois papas e, depois, três (as obediências romana, de Avignon e a de Pisa), enquanto o mundo católico da época permanecia perplexo, sem saber

quem era o pontífice legítimo. A Igreja conseguiu superar também esta duríssima prova, e a unidade foi restaurada com o Concílio de Constança (1415-1418).

Em 1453, os turcos otomanos, muçulmanos, conquistaram Constantinopla, pondo, assim, fim à milenar história do Império Romano do Oriente (395-1453), e conquistaram os Balcãs, que permaneceram quatro séculos sob seu domínio.

#### **4. A Idade Moderna (até 1789, ano do início da Revolução Francesa)**

A Idade Moderna tem início com a chegada de Cristóvão Colombo à América, evento que, junto com as explorações na África e na Ásia, deu início à colonização europeia de outras partes do mundo. A Igreja aproveitou este acontecimento histórico para difundir o Evangelho nos continentes fora da Europa:

assiste-se, assim, ao surgimento de missões no Canadá e Luisiana, colônias francesas, na América espanhola, no Brasil português, no reino do Congo, na Índia, Indochina, China, Japão, Filipinas. Para coordenar esses esforços para a propagação da fé, a Santa Sé instituiu, em 1622, a *Sacra Congregatio de Propaganda Fide*.

Entretanto, ao mesmo tempo que o catolicismo se expandia em direção a áreas geográficas onde o Evangelho nunca havia sido pregado, a Igreja sofria uma grave crise no velho continente: a “reforma” religiosa propugnada por Martinho Lutero, Ulrico Zwinglio, João Calvino (fundadores das diferentes denominações do protestantismo), junto com o cisma provocado pelo rei da Inglaterra Henrique VIII (anglicanismo), levou à separação da Igreja de extensas regiões: Escandinávia, Estônia e Letônia, boa

parte de Alemanha, Holanda, a metade da Suíça, Escócia, Inglaterra, além dos respectivos territórios coloniais, já possuídos ou conquistados posteriormente (Canadá, Estados Unidos, Antilhas, África do Sul, Austrália, Nova Zelândia). A Reforma Protestante tem a grave responsabilidade de haver rompido a milenar unidade religiosa no mundo cristão ocidental, causando o fenômeno da confessionalização, isto é, da separação social, política e cultural da Europa e de algumas de suas regiões em dois campos: o católico e o protestante. Este sistema cristalizou-se na fórmula *cuius regio, eius et religio*, pela qual os súditos estavam obrigados a seguir a religião do príncipe. A luta entre esses dois mundos levou ao fenômeno das guerras de religião, que afetou, sobretudo, a França, os territórios germânicos, Inglaterra, Escócia e Irlanda. E que só pôde ser

considerado como superado com as Pazes de Westfalia (1648), no continente, e com a capitulação de Limerick (1692), nas Ilhas Britânicas.

A Igreja Católica, ainda que assolada pela crise e pela defecção de tantos povos, em poucos decênios, soube encontrar energias insuspeitadas para reagir e começar a realizar uma verdadeira reforma: este processo histórico recebeu o nome de Contrarreforma, cujo cume foi o Concilio de Trento (1545-1563), no qual se proclamaram com clareza algumas verdades dogmáticas postas em dúvida pelos protestantes (Canon das Escrituras, sacramentos, justificação, pecado original, etc.) e se tomaram também decisões disciplinares que robusteceram e tornaram mais compacta a Igreja (por exemplo, a instituição dos seminários e a obrigação de residência na diocese para os bispos). O movimento da contrarreforma

pôde também valer-se da atividade de muitas ordens religiosas fundadas no século XVI: trata-se de iniciativas de reforma no âmbito dos mendicantes (capuchinhos, carmelitas descalços), ou institutos de clérigos regulares (jesuítas, teatinos, barnabitas etc.). Assim, a Igreja saiu da crise profundamente renovada e reforçada, e pôde compensar a perda de algumas regiões européias com uma difusão verdadeiramente universal, graças à obra missionária.

No século XVIII, a Igreja teve que lutar contra dois inimigos: o regalismo e a iluminismo. O primeiro andou ao lado do crescimento da monarquia absoluta: apoiados na organização de uma burocracia moderna, os soberanos dos estados europeus lograram instalar um sistema de poder autocrático e total, eliminando as barreiras que se levantavam (instituições de origem

medieval como o sistema feudal, os privilégios eclesiásticos, os direitos das cidades etc.). Neste processo de centralização do poder, os monarcas católicos tenderam a invadir o âmbito da jurisdição eclesiástica, com a intenção de criar uma Igreja submissa e dócil em relação ao poder do rei: é um fenômeno que assume nomes diversos, dependendo do estado: regalismo em Portugal e na Espanha, galicanismo na França, josefismo nos territórios dos Habsburgos (Áustria, Boêmia, Eslováquia, Hungria, Eslovênia, Croácia, Lombardia, Toscana, Bélgica), jurisdicionalismo em Nápoles e Parma. Este fenômeno teve seu ponto crítico com a expulsão dos jesuítas por parte de muitos governos e na ameaçadora pressão sobre o papado para que suprimisse a ordem (o que sucedeu em 1773).

O outro inimigo com que se defrontou a Igreja no século XVIII foi

o iluminismo, um movimento em primeiro lugar filosófico, que teve grande êxito entre as classes dirigentes: tem como fundamento uma corrente cultural que exalta a razão e a natureza, e ao mesmo tempo faz uma crítica indiscriminada à tradição; é um fenômeno muito complexo, que apresenta, em todo caso, fortes tendências materialistas, uma ingênuia exaltação das ciências, o desprezo da religião, em nome do deísmo ou a incredulidade, um irreal otimismo em relação à bondade natural do homem, um excessivo antropocentrismo, uma confiança utópica no progresso da humanidade, uma difundida hostilidade contra a Igreja Católica , uma atitude de suficiência e desprezo em relação ao passado, e uma arraigada tendência a realizar reducionismos simplistas na busca de modelos explicativos da realidade. Em resumo, trata-se, em boa medida,

da origem de muitas das ideologias modernas, que reduzem a visão da realidade eliminando de sua compreensão a revelação sobrenatural, a espiritualidade do homem e, em definitivo, o anelo pela busca das verdades últimas da pessoa e de Deus.

No século XVIII, foram fundadas as primeiras lojas maçônicas: uma boa parte delas assumiu tons e atividades anti-católicas.

## **5. A Idade Contemporânea (a partir de 1789)**

A Revolução Francesa, que se iniciou com a decisiva colaboração do baixo clero, derivou rapidamente para atitudes de extremo galicanismo, chegando a produzir o cisma da Igreja Constitucional, e, em seguida, assumindo tons anti-cristãos (instauração do culto ao Ente Supremo, abolição do calendário cristão etc.), até chegar a uma

cruenta perseguição à Igreja (1791-1801): o papa Pio VI morreu em 1799, prisioneiro dos revolucionários franceses. A subida ao poder de Napoleão Bonaparte, homem pragmático, trouxe a paz religiosa com a Concordata de 1801; posteriormente, entretanto, surgiram desavenças com Pio VII, por causa das contínuas intervenções do governo francês na vida da Igreja: como resultado, o papa foi feito prisioneiro por Bonaparte por cerca de cinco anos.

Com a restauração das monarquias pré-revolucionárias (1815), voltou para a Igreja um período de paz e tranquilidade, favorecido também pelo romantismo, corrente de pensamento predominante na primeira metade do século XIX. Entretanto, logo começou a surgir uma nova ideologia, profundamente oposta ao catolicismo: o liberalismo, herdeiro dos ideais da Revolução

Francesa, que pouco a pouco conseguiu afirmar-se politicamente, promovendo a instalação de legislações discriminatórias ou persecutórias contra a Igreja. O liberalismo uniu-se em muitos países ao nacionalismo, e mais tarde, na segunda metade do século, aliou-se ao imperialismo e ao positivismo, que contribuíram posteriormente para a descristianização da sociedade. Ao mesmo tempo, como reação às injustiças sociais provocadas pelas legislações liberalistas, nascia e se difundia uma série de ideologias destinadas a fazerem-se porta-vozes das aspirações das classes oprimidas pelo novo sistema econômico: o socialismo utópico, o socialismo "científico", o comunismo, o anarquismo, todas elas unidas por projetos de revolução social e uma filosofia subjacente de tipo materialista.

O catolicismo, no século XIX, perdeu, em quase todas as nações, a proteção do estado, que, ainda, passou a ter com ele uma atitude adversa; e em 1870 terminou o poder temporal dos papas, com a conquista italiana dos Estados Pontifícios e a unificação da península. Ao mesmo tempo, porém, a Igreja soube tirar vantagem desta crise para fortalecer a união de todos os católicos em torno à Santa Sé, e para livrar-se das intrusões dos estados no governo interno da Igreja, à diferença do que aconteceu no período das monarquias confessionais da Idade Moderna. O ponto alto deste fenômeno foi a solene declaração, em 1870, do dogma da infalibilidade do papa por parte do Concilio Vaticano I, celebrado durante o pontificado de Pio IX (1846-1878). Além disso, nesse século, a vida da Igreja se caracterizou por uma grande expansão missionária (na África, na Ásia, na Oceania), por um grande

florescimento de fundações de congregações religiosas femininas de vida ativa, e pela organização de um vasto apostolado leigo.

No século XX, a Igreja enfrentou numerosos desafios: Pio X teve que reprimir as tendências teológicas modernistas dentro do próprio corpo eclesiástico. Estas correntes se caracterizavam, em suas manifestações mais radicais, por um imanentismo religioso que, ainda que mantendo as formulações tradicionais da fé, na verdade a esvaziava de conteúdo. Bento XV teve que enfrentar a tempestade da Primeira Guerra Mundial, logrando manter uma política imparcial entre os países beligerantes, e desenvolvendo uma atividade humanitária em favor dos prisioneiros de guerra e da população afetada pela catástrofe bélica. Pio XI se opôs aos totalitarismos de diversos tipos que

perseguiram de um modo mais ou menos aberto a Igreja durante seu pontificado: o comunista na União Soviética e na Espanha, o nacional-socialista na Alemanha, o fascista na Itália, o de inspiração maçônica no México; além disso, esse papa desenvolveu uma grande promoção do clero e do episcopado local nas terras de missão africanas e asiáticas que, continuada depois por seu sucessor, Pio XII, permitiu à Igreja apresentar-se ante o fenômeno da descolonização como elemento autóctone e não estrangeiro.

Pio XII teve que enfrentar a terrível prova da Segunda Guerra Mundial, durante a qual atuou de diversos modos para salvar da perseguição nacional-socialista a quantos hebreus fosse possível (estima-se que a Igreja Católica salvou aproximadamente 800.000). Com uma atitude realista, não considerou oportuno lançar uma denúncia publica, uma vez que esta

teria piorado a já grave situação dos católicos também perseguidos em vários dos territórios ocupados pelos alemães, e teria anulado sua possibilidade de intervir em favor dos hebreus. Muitas altas personalidades do mundo israelita reconheceram publicamente, após a guerra, os grandes méritos deste papa em relação a seu povo.

João XXIII convocou o Concilio Vaticano II (1962-1965), que foi concluído por Paulo VI, e que iniciou uma época pastoral diferente na Igreja, enfatizando a chamada universal à santidade, a importância do esforço ecumênico, os aspectos positivos da modernidade, a ampliação do diálogo com outras religiões e com a cultura. Nos anos sucessivos ao Concílio, a Igreja sofreu uma profunda crise interna de caráter doutrinal e disciplinar, que conseguiu superar, em boa medida, durante seu pontificado, o

papa João Paulo II (1978-2005), papa de extraordinária personalidade, que fez a Santa Sé atingir níveis de popularidade e prestígio antes desconhecidos, dentro e fora da Igreja Católica.

*Carlo Pioppi*

---

## Bibliografia básica

J. Orlandis, *Historia del cristianismo*, Rialp, Madri 1983.

A. Torresani, *Breve storia della Chiesa*, Ares, Milano 1989.

---